



1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE EXTENSÃO E
2 CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
3 REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2017
4

5 Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, nesta cidade de São
6 Paulo, à Rua Sena Madureira, 1500, no Anfiteatro do 4º Andar (reitoria) reuniram-se
7 os senhores membros do Conselho de Extensão e Cultura da UNIFESP, sob a
8 presidência de Raiane Patricia Severino Assumpção. Estiveram presentes os membros:
9 Adagmar Andriolo, Andrea Claudia Miguel Marques Barbosa, Débora Galvani, Edvane
10 Birelo Lopes De Domenico, Fabiana Rita Dessotti, Isaias Glezer, Janine Schirmer, Julio
11 Cesar Zorzenon Costa, Katiucia Danielle dos Reis Zigiotta, Magnus Regios Dias da
12 Silva, Raiane Patricia Severino Assumpção, Sergio Luiz Domingues Cravo, Sergio
13 Stoco, Suzete Maria Fustinoni. Justificaram ausência: Classius Ferreira da Silva que
14 foi substituído por: Paula Midori Castelo Ferrua (representando a Caec Diadema),
15 Fabricio Gobetti Leonardi que foi substituído por: Nazareth Junilia de Lima, Luis
16 Fernando Prado Telles que foi substituído por: Isaias Glezer, Maria Elizete Kunkel que
17 foi substituída por: Luciana Ferreira da Silva (representando CAEC SJC), Sylvia
18 Helena Souza da Silva Batista. Justificaram ausência e não foram substituídos: Fabio
19 dos Santos Motta, Gilberto dos Santos, Magali Aparecida Silvestre, Mariana Lúcio de
20 Oliveira, Patricia Grechi dos Santos Barbosa. Não justificaram ausência: Gilmar
21 Fernandes do Prado, Janes Jorge, Nazareth Junilia de Lima. Participaram da reunião
22 como convidados: Claudia Regina Plens, Elen Fernandes, Ivaldo da Silva, Javier
23 Amadeo, Manuel Camilo Gil Ferreira de Medeiros, Maria Tereza Migliano Lopes,
24 Raphael Antonio Candio dos Santos, Renan Varolli. Tendo os senhores conselheiros,
25 assinado a folha de frequência e sendo constatado quórum com 16 presentes. A Pró-
26 Reitora iniciou a sessão com os **informes:1) Composição das Coordenadorias da**
27 **PROEC:** Profa. Simone Nacaguma na Coord. Programas e Projetos, Profa. Débora
28 Galvani na Coord. Direitos Humanos, Prof. Ivaldo da Silva na Coord. Cursos de
29 Especialização e Aperfeiçoamento Lato Sensu, Manuel Camilo Gil F. de Medeiros na
30 Coord. Credenciamento de Cursos de Extensão e Eventos, Prof. Vinicius Spricigo na
31 Coord. Cultura, ao fim informou que o Prof. Sérgio Stoco foi convidado para compor a
32 equipe dando suporte na parte de Legislação e Normas e a Profa. Claudia Fegadolli foi
33 convidada para compor a equipe na parte de Avaliação e indicadores. **2) Nova**
34 **planilha de previsão orçamentária:** Profa. Raiane informou que o intuito de





35 apresentar este tema ao COEC é para familiarizar de forma ampla e principalmente
36 aos coordenadores das CAECs sobre os itens que foram alterados na planilha para que
37 possam ter conhecimento e sendo assim, poder orientar os proponentes de forma
38 adequada. Prof. Ivaldo alertou sobre a incidência de proponentes que ainda utilizam o
39 modelo antigo e sobre a importância de usar o modelo novo da planilha que está muito
40 melhor. Prof. Magnus destacou que os itens do novo modelo da planilha seguem as
41 regras da Resolução nº131 do CONSU, porém esta resolução está passando por uma
42 revisão e eventualmente sofrerá alterações, sendo assim, futuramente a planilha
43 também necessitará de ajustes para atender aos critérios estabelecidos. Raphael
44 realizou a apresentação da nova planilha em que foram destacados os pontos positivos:
45 I) a nova planilha possui cálculos automáticos com todos os detalhamentos, como por
46 exemplo, as informações presentes para o campo de cálculo das alíquotas, II) função
47 auto completar, III) uso de cores mais suaves, IV) aprimoramento e ajustes nas
48 informações para o preenchimento da planilha, sendo que, está previsto a
49 disponibilização de um material em PDF para o uso dos proponentes, V) criação de um
50 ambiente da Assessoria de Previsão Orçamentária no site da PROEC com o rol de
51 informações pertinentes às planilhas. VI) adequação dos campos de assinaturas. Em
52 seguida esclareceu que foram aceitas as documentações dos proponentes que
53 enviaram as planilhas no modelo antigo até agosto/2017. Quem enviou após
54 agosto/2017 deverá usar o modelo novo e isto tem sido orientado e quando necessário
55 é solicitado que o proponente faça os ajustes e atualizações para o novo modelo de
56 planilha e encerrou a apresentação colocando-se à disposição para esclarecer dúvidas.
57 Prof. Magnus complementou que a nova planilha tem maior clareza pois distingue
58 melhor as receitas e as despesas, por exemplo, o que é a dedução e o que é o
59 ressarcimento. Prof. Ivaldo sugeriu que exista um esclarecimento em relação ao
60 fundamento do valor repassado para a FAP, em que a fundação pode no máximo
61 cobrar 10% do valor do projeto, sendo que isto já está normatizado na resolução do
62 CONSU. Raphael complementou que a regra de cobrar até 10% do valor do projeto é
63 válida para todas as fundações do Brasil, mas que existe a necessidade de um escopo
64 dos custos da FAP, ou seja, o detalhamento com o cálculo dos custos da fundação para
65 gerenciar o projeto. Profa. Raiane destacou que as câmaras possuem um papel
66 importante e precisam estar atentas nas aprovações das propostas, para evitar os
67 equívocos e para que não ocorram descompassos que tornem o processo lento. Disse
68 também, que o papel da Assessoria de Previsão Orçamentária é dar orientações e





69 suporte, ou seja, cabe a cada proponente o preenchimento da planilha que é um
70 instrumento de gestão que permite saber o que está sendo cobrado e os gastos que
71 existem, como também, em relação aos patrocínios que devem constar neste
72 documento. As planilhas serão usadas para os cursos Lato Sensu pagos, como também
73 para os cursos de extensão e eventos pagos. Profa. Luciana falou sobre a necessidade
74 de ter cuidado ao colocar estes documentos no site pois ficam disponíveis tanto para
75 os usuários internos como também para os externos que nem sempre possuem ciência
76 da discussão aqui realizada. Profa. Raiane destacou a importância do termo de
77 “Previsão Orçamentária” para dar a ideia de que não é algo engessado e que em
78 algum momento pode ser ajustado. Raphael destacou que a equipe está disponível
79 para tirar as dúvidas, sendo mais interessante, mediante o contato do proponente, que
80 as questões sejam esclarecidas e a planilha seja preenchida corretamente, do que
81 ocorrer o preenchimento errado e por seguinte ficar parado na CAEC, e depois na
82 PROEC ou na FAP, o que tornaria o processo mais lento. Profa. Janine sugeriu e
83 convidou a equipe de previsão orçamentária para realizar uma oficina na Escola
84 Paulista de Enfermagem. Prof. Magnus e Profa. Raiane esclareceram que está previsto
85 *workshops* tanto com as CAECs como também para os secretários de cursos e outros
86 proponentes. Profa. Luciana sugeriu que ao decorrer destas oficinas e *workshops* seja
87 feito o um documento com o levantamento das dúvidas recorrentes e que elas possam
88 ser disponibilizadas na internet. Raphael informou que este material já está em fase de
89 montagem, faltando apenas algumas revisões e formatação para posteriormente ser
90 publicado no site. Prof. Sérgio Stoco parabenizou a equipe e tendo em vista a proposta
91 de padronizar as nomenclaturas com os da Resolução 131 do CONSU, alertou sobre a
92 necessidade de equilibrar os termos tanto para as planilhas de cursos e eventos, onde
93 consta “planilha de previsão orçamentária” como também da planilha dos cursos Lato
94 Sensu, em que consta “previsão orçamentária”. **3) Propostas enviadas Edital de DH**
95 **(MEC/Secadi) - Formação Professores:** Profa. Raiane informou que foram enviadas
96 propostas para concorrer ao Edital n.º 01/2017 (MEC/SECADI) para a Formação de
97 Profissionais da Educação Básica para a Educação em Direitos Humanos e
98 Diversidade, nas linhas temáticas: I) *Bullying*, violência, preconceito e discriminação e
99 II) Educação em Direitos Humanos. O prazo foi de apenas 20 dias e as propostas foram
100 construídas com ajuda de um grupo de pessoas envolvidas com Direitos Humanos e o
101 resultado do edital sairá no dia 15/09/2017. Katiucia parabenizou o grupo e colocou-se
102 à disposição para contribuir e entrar em contato com a Secretaria de Educação de São





103 José dos Campos. **4) Cursos de extensão e eventos aprovados no mês**
104 **agosto/2017:** Profa. Raiane relatou que é importante a divulgação da lista que
105 relaciona todos os cursos e eventos que estarão sendo realizados em todos os campi,
106 destacou que a divulgação de cursos e eventos no site da UNIFESP somente pode ser
107 realizada para as ações que estão credenciadas no SIEEX, ou seja, junto à PROEC.
108 Magnus parabenizou o cuidado de celeridade de aprovação dos cursos de extensão e
109 eventos pela equipe da PROEC e que atualmente não há motivos para que os
110 proponentes reclamem que as propostas demoram a ser aprovadas. **5) Conceito de**
111 **"Prestação de Serviços" - para resolução do NIT:** a PROEC e o COEC tem duas
112 demandas que requerem uma atenção especial para que a "Prestação de Serviço" seja
113 arduamente discutida que é a Empresa Junior e Prestação de Serviço no que tange as
114 plataformas multiusuários, esta tarefa exige que o COEC se posicione e assim os
115 conselheiros precisam ter o conhecimento e domínio do assunto. Prof. Sérgio Stoco
116 apresentou o texto do FORPROEX que fala que "a prestação de serviços deve ser
117 produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino,
118 Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação
119 deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade objetiva, produzindo
120 conhecimentos que visem à transformação social". Em seguida falou sobre a forma
121 mais operacional que consta nos livros da Coleção Extensão Universitária em que
122 consta que a prestação de serviço consiste na "Realização de trabalho oferecido pela
123 Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa,
124 órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade,
125 inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem". Sendo que
126 quando a prestação de serviço é oferecida como curso ou projeto de extensão deve ser
127 registrada como tal. Apresentou também a uma gama de atividades que podem ser
128 caracterizadas como prestação de serviços e falou sobre e a regulação que norteia este
129 tema. **6) Guia de Curricularização:** Profa. Raiane informou que a Comissão da
130 Curricularização organizou um guia que tem esclarecimentos e as perguntas
131 frequentes para auxiliar os cursos no processo de incluir os 10% de extensão na matriz
132 curricular dos cursos de graduação, sendo que, este material ficará disponível no site
133 da PROEC e relatou que a resolução da curricularização foi aprovada pelo Conselho de
134 Graduação e também pelo COEC e agora está na Procuradoria para análise e
135 posteriormente seguirá para ser aprovada pelo CONSU. **7) Atividades Culturais:**
136 Renan apresentou a I) Sondagem realizada sobre as iniciativas culturais e criativas nos





137 campi da UNIFESP que é bastante heterogênea. Profa. Raiane destacou que este
138 mapeamento é um material que deve ser apreciado pelos conselheiros e permite que a
139 Coordenadoria Cultural organize atividades. II) Semana Unifesp Mostra Sua Arte
140 Renan apresentou uma proposta para cada campi e salientou a necessidade das
141 atividades respeite os limites de recursos financeiros atuais. A equipe entrará em
142 contato com as CAECs para ajudar a compor esta programação, com pelo menos 2
143 atividades culturais durante a Semana Unifesp mostra sua Arte, sendo que neste
144 momento a sugestão é que os gastos sejam prioritariamente feitos para a compra de
145 equipamentos e materiais permanentes para poderem ser patrimoniados e usados e
146 compartilhados entre as CAECs. II) Proposta de Tombamento de Materiais e
147 equipamentos das CAECs: a partir da lista de materiais adquiridos com os recursos
148 das edições da Semana Unifesp Mostra Sua Arte foi possível obter um catálogo de
149 equipamentos e materiais permanentes que poderão ser emprestados entre as CAECs.
150 III) Plataforma Ecofalante: a Coordenadoria Cultural disponibilizou uma lista de filmes
151 da Plataforma Ecofalante e que poderão ser exibidos nos campi conjugada com
152 atividades educativas, para isso é necessário realizar o contato com a equipe da
153 Ecofalante para que eles organizem e montem os equipamentos para a exibição do
154 filme. Tendo verificado quorum a Pró-Reitora iniciou a **pauta 1) Aprovação atas 13**
155 **de outubro/2016, 08 de dezembro/2016** - foram aprovadas sem ressalvas, com 9
156 abstenções dos conselheiros que não participaram das reuniões realizadas em 2016.
157 **Atas de 13 de abril/2017 e 10 de agosto/2017** foram aprovadas sem ressalvas com
158 apenas 2 abstenções. **2) Criação do Órgão Complementar: Centro de**
159 **Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF)** - Profa. Raiane destacou que este
160 ponto de pauta já esteve na Reunião do COEC de junho/2017 e que naquela ocasião o
161 conselho solicitou que o CAAF apresentasse mais informações e alguns documentos e
162 isto foi providenciado pelos membros do CAAF em seguida apresentou o Prof. Javier
163 Amadeo que ficou responsável por defender a proposta de Criação do Órgão
164 Complementar CAAF. Prof. Javier falou brevemente sobre o histórico da criação do
165 CAAF que surgiu entre 2013 e 2014 a partir de trabalhos desenvolvidos pela Comissão
166 da Verdade Marcos Lindenberg da UNIFESP, uma das primeiras comissões
167 universitárias criadas no Brasil, em que foi considerado importante estudar os crimes
168 ocorridos durante a Ditadura Militar no Brasil e criar um núcleo de arqueologia
169 forense no intuito de desenvolver alguns processos para a identificação de ossadas a
170 partir da experiência de algumas equipes da América Latina nesta temática. Em 2014





171 a UNIFESP foi convidada a participar de um grupo de trabalho com as Ossadas da vala
172 clandestina encontrada em Perus, em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos
173 Humanos e Cidadania e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
174 República, no intuito de analisar as ossadas de Perus que foram encontradas em 1991,
175 naquela ocasião foram direcionadas para a UNICAMP, porém por quase 25 anos não
176 houveram avanços na identificação dos ossos. A partir do trabalho da Comissão da
177 Verdade da Unifesp e da solicitação dos familiares dos desaparecidos políticos houve a
178 necessidade de retomar estes trabalhos e as ossadas vieram para a UNIFESP,
179 destacou que para realizar o trabalho de identificação é necessária uma estrutura que
180 consiste num espaço físico adequado para montar o laboratório para identificar as
181 ossadas. A UNIFESP recebeu 1047 ossadas, sendo que, o processo de análises
182 realizadas pelos pesquisadores nas ossadas é bastante complexo e a partir da
183 compatibilidade da ossada com algum dos desaparecidos, o material é enviado para
184 identificação do DNA no Laboratório Internacional da Bósnia. Então o CAAF surge
185 para acolher as demandas dos familiares dos desaparecidos políticos juntamente com
186 os movimentos sociais, bem como, para o desenvolvimento de pesquisa na área de
187 arqueologia e antropologia forense e existe a busca de financiamento do projeto,
188 atualmente existe o apoio do Newton Fund que é uma iniciativa do governo britânico e
189 o CAAF também realiza a pesquisa sobre os Crimes de Maio que ocorreram em 2006
190 na Baixada Santista. O CAAF possui uma equipe engajada de pesquisadores, alunos de
191 graduação e pós-graduação e também conta com a participação do Movimento das
192 Mães de Maio no grupo de pesquisa, sendo uma forma inédita de realizar pesquisa. O
193 surgimento do CAAF contou com o apoio da reitoria e está vinculada a ela pois é uma
194 iniciativa multidisciplinar e intercampi. Defendeu o vínculo do CAAF com a Pró-
195 Reitoria de Extensão e Cultura, pois do ponto de vista acadêmico, considerando que a
196 PROEC possui uma coordenação de Direitos Humanos e pelo tipo de trabalho de
197 extensão que está sendo desenvolvido junto com os movimentos sociais é mais
198 conveniente que o CAAF esteja vinculado à PROEC, para a institucionalização do
199 CAAF já foi emitida uma portaria de criação do centro, a partir daí, para torná-lo um
200 órgão complementar será necessário a aprovação do COEC, do Conselho de
201 Administração e de Planejamento, desta forma, se for aprovado nestas instâncias a
202 proposta seguirá para o CONSU. Profa. Claudia Plens destacou que o CAAF promove o
203 Curso de Especialização de Arqueologia e Antropologia Forense em Direitos Humanos
204 que recebe alunos de diversas regiões do Brasil que buscam a formação nesta área,





205 frisou também que no Brasil existe a necessidade de padronizar as metodologias e
206 ampliar o número de profissionais capacitados pois em muitas cidades não há este
207 serviço o que acarreta em dificuldades no trabalho de identificação de pessoas, neste
208 sentido, o CAAF pretende também desenvolver uma metodologia científica de
209 identificação brasileira, pois as metodologias estrangeiras divergem em alguns itens e
210 possui o apoio da Secretaria de Segurança Pública para o desenvolvimento destes
211 trabalhos e capacitações. Prof. Magnus parabenizou o trabalho da equipe do CAAF e
212 concordou que está alinhado com a PROEC, com destaque o envolvimento do CAAF
213 com os movimentos sociais e indagou sobre algumas questões: I) por que a análise de
214 DNA tem sido direcionada para o Laboratório da Bósnia, tendo em vista o trabalho já
215 realizado na EPM onde já tem catalogado mil tipos de DNA brasileiro. II) sobre o
216 recurso financeiro para manter-se, ou seja, o CAAF tem garantia de receber recurso
217 anualmente e de onde virá? III) Se o vínculo do CAAF com a PROEC trará custo para
218 PROEC. Prof. Sérgio parabenizou os trabalhos do CAAF e alertou sobre duas
219 preocupações I) o CAAF não precisa necessariamente estar vinculado a uma área pois
220 desenvolve um trabalho que envolve o tripé ensino, pesquisa e extensão, porém
221 precisa ficar vinculado a uma pró-reitoria, então como iremos analisar e
222 institucionalizar deixando claro os nossos critérios e posicionamentos caso o COEC
223 receba novas propostas. II) considerando a Resolução 132 do CONSU, ainda necessita
224 verificar uma forma de atender a questão de consulta aos departamentos,
225 historicamente este item visa evitar a fragmentação institucional ao invés de
226 aglutinação de esforços e que tenha por exemplo, conflito de interesse ou que os
227 departamentos acrescente instruções adicionais, desta forma, alertou sobre a
228 necessidade de clareza e de pensar também no futuro do CAAF, em relação a, por
229 exemplo, necessidade de ter concurso e pessoal para dar continuidade aos trabalhos.
230 Prof. Javier falou importancia de pensar em futuras parcerias com o Departamento de
231 Genética e esclareceu que no início da criação do CAAF foi realizado um contato com o
232 Departamento de Genética da EPM e que na ocasião não houve sucesso, mas que o
233 CAAF está de portas abertas para receber pessoas do Departamento de Genética e
234 firmar parcerias uma vez que é importante a presença de Geneticista na equipe para
235 realizar a identificação dos esqueletos. Profa. Claudia Plens complementou que foi
236 feito contato dentro da Unifesp e em outros grandes laboratórios no Brasil, sendo que
237 o CAAF tem um prazo estipulado para realizar as pesquisas e todos as outras
238 instituições responderam que não poderiam entregar os resultados dentro do período





239 pactuado, por isso, foi necessário enviar esta demanda para a Bósnia. Prof. Javier
240 frisou que o Laboratório Internacional da Bósnia é uma referência e foi responsável
241 pela identificação de mortos de Guerra da antiga Iugoslávia com expertise em ossos
242 degradados, todavia, isto não impede de trabalhar em conjunto com o Departamento
243 de Genética em que é possível ter alguns exemplares e neles realizar cruzamento
244 genético aqui na UNIFESP. Sobre o apoio financeiro informou que o CAAF construiu
245 um conjunto de parcerias em que está pactuado com o MEC que os recursos sejam
246 enviados de forma regular para montar a estrutura do laboratório e garantir a sua
247 manutenção ao longo do tempo, destacando que o governo federal tem a
248 responsabilidade de identificar os desaparecidos políticos. A Prefeitura de São Paulo já
249 transmitiu o espaço físico usado pelo CAAF para a UNIFESP pois ali é realizada uma
250 atividade de interesse público. Também existe o apoio da Fundação Newton Fund, em
251 que existe a possibilidade de participar de novos editais e pleitear com novas parcerias
252 para prosseguir com as ações. Destacou o caráter inédito de criação deste centro e
253 considerando este caráter inovador existe a dúvida de que departamentos seriam
254 consultados e por fim esclareceu que o custeio do CAAF, ou seja, o vínculo
255 administrativo para pagamentos será de responsabilidade da Reitoria. Prof. Adagmar
256 disse que entendeu o motivo pelo qual o CAAF direcionou as análises das ossadas para
257 o Laboratório da Bósnia, todavia solicitou que a UNIFESP também participe deste
258 processo e das análises, mesmo que parcialmente, para que a nossa universidade não
259 perca esta oportunidade e experiência. Prof. Javier disse que isto é possível e que o
260 CAAF está tentando oficializar uma parceria com o Laboratório Internacional da
261 Bósnia o que seria muito interessante para a UNIFESP pois possibilita o intercâmbio
262 de conhecimento, por exemplo, entrar em contato com as metodologias usadas lá.
263 Profa. Débora defendeu que o CAAF fique vinculado à PROEC e que como
264 coordenadora de Direitos Humanos da PROEC deseja se aproximar para conhecer
265 melhor o CAAF. Prof. Ivaldo frisou que é importante estas provocações e
266 questionamentos realizados pelos conselheiros e informou que fez contato com a
267 Coordenadora do Cursos de Especialização em Genética (EPM) e ela manifestou
268 interesse em contribuir com o CAAF. Profa. Claudia Plens salientou que houve
269 anteriormente a tentativa de trabalhar com a EPM, todavia, o coordenador que
270 recebeu a demanda anteriormente disse que não poderia atender o CAAF e que
271 fica feliz em saber que há pessoas da EPM que querem participar afinal o CAAF
272 realiza um trabalho multidisciplinar e esta contribuição é muito positiva. Prof. Sérgio





273 Cravo e Profa. Raiane salientaram sobre a importância da articulação institucional
274 para aprimorar estas propostas dentro da UNIFESP. A Pró-Reitora colocou em votação
275 a aprovação do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) como um órgão
276 complementar e a proposta foi aprovada pela ampla maioria e uma abstenção. Prof.
277 Sérgio Stoco reforçou que a proposta ainda necessita da análise da PROADM e
278 PROPLAN, destacou também que a Resolução 132 do CONSU não deixa claro a ordem
279 das aprovações, se inicia pelo conselho fim ou pelo Conselho de Administração e
280 Planejamento. Prof. Javier justificou que o CAAF tentou seguir a ordem implícita
281 considerando a redação da resolução. Profa. Raiane acrescentou que a proposta só
282 poderá ser apreciada pelo CONSU se houver a aprovação destes dois conselhos, em
283 relação ao CAAF cabe ao COEC avaliar se o CAAF atende os critérios estabelecidos
284 pela Política Nacional de Extensão e se corresponde à concepção de extensão
285 defendida pela UNIFESP e pela PROEC. Prof. Javier agradeceu aos conselheiros e
286 reforçou o convite para a Profa. Débora e demais departamentos para articular uma
287 reunião sobre o CAAF. **3) Plano de Cultura** Renan Varolli relatou que a Profa. Ilana
288 não pode comparecer por motivo de saúde e que ela informou que no o Plano de
289 Cultura ficou em consulta e só teve 2 contribuições, uma do Fabricio Gobetti e outra
290 da Profa. Simone sobre espaçamento e forma que não alteram o teor do texto. Profa.
291 Raiane salientou que a discussão sobre a confecção do Plano de Cultura já tem cerca
292 de um ano e que ele já foi apresentado ao COEC, após isso o plano foi bastante
293 discutido. Prof. Magnus alertou sobre o uso dos termos “plano”, “política” ou
294 “programa” tendo em vista que para pleitear o fomento junto ao Ministério da Cultura,
295 plano está associado a um projeto com ações determinadas então surgiu a dúvida de
296 qual termo utilizar. Katiucia frisou que este é o primeiro documento da UNIFESP para
297 a área da Cultura e que outras instituições, que já estão mais avançadas neste item,
298 possuem outros documentos que falam sobre a política interna de cultura e sobre o
299 conceito de cultura, para a UNIFESP este documento é importante para marcar e
300 fortalecer as ações de Cultura dentro da universidade e nesta proposta está previsto
301 uma revisão daqui a 2 anos, sendo assim, defendeu que o COEC aprove este
302 documento. Profa. Raiane complementou que o plano tem como base a Política
303 Nacional de Cultura vinculada ao Ensino Superior e representa a forma que a nossa
304 universidade planeja viabilizar a política, porém, é importante que também exista um
305 plano de trabalho que detalhe quantas oficinas, apresentações ou exposições a
306 universidade irá fazer num determinado período. Na nossa proposta de Plano de





307 Cultura estão descritas as possibilidades e a partir dela é necessário criar os planos de
308 trabalho. Profa. Andrea sugeriu que utilize a palavra Diretriz, pois considera uma boa
309 alternativa. Profa. Raiane e Katiucia salientaram que para concorrer aos editais de
310 cultura é solicitado que a universidade tenha um plano, sendo assim, é estratégico que
311 o mantenha como Plano de Cultura. Prof. Sérgio defendeu que mantenha o título como
312 Plano de cultura, pois descreve as ações, possui um planejamento e uma visão política
313 organizada por diretrizes. Profa. Luciana destacou que dentro do histórico da nos pró-
314 reitoria que anteriormente se chamava “Pró-Reitoria de Extensão” e ano passado
315 acolheu em seu nome a Cultura passando a se chamar “Pró-Reitoria de Extensão e
316 Cultura” se torna importante e estratégico lançar o Plano de Cultura da UNIFESP, não
317 só visando o fomento, mas também para fortalecer que a cultura é um eixo
318 fundamental de formação dentro da nossa universidade e dar respaldo para as pessoas
319 que promovem atividades culturais na UNIFESP. Katiucia fez observações em relação
320 ao 1º Eixo - Ação 1 no trecho “garantir infraestrutura mínima necessária” sugeriu que
321 substitua por “garantir infraestrutura necessária”; no Eixo 3 - no trecho que fala sobre
322 “oferta de bolsas (...) para a equipe da Coordenadoria Cultural” seja substituído por
323 “oferta de bolsas para as equipes de gestão de cultura”, por fim, encerrou com uma
324 observação no Eixo 4, no item que fala “Garantia de equipe permanente e qualificada
325 para operacionalizar essas e as demais ações do Plano de Cultura” pois ele deveria
326 constar no Eixo 3. Os conselheiros discutiram sobre: I) a necessidade de ter um
327 documento que permita a universidade a concorrer a editais que fomentem Cultura, II)
328 de manter o nome Plano de cultura e da possibilidade de iniciar o documento, por
329 exemplo, como um preâmbulo, com o texto “Da política de extensão...” e que a
330 universidade segue a Política Nacional de Extensão que nesta política temos o eixo da
331 Cultura que será efetivada através do plano. IV) da legislação que diz que o Estado
332 tem que garantir a Cultura. A Pró-Reitora colocou a Plano de Cultura em regime de
333 votação e ele foi aprovado por unanimidade. **4) Regulamentação dos 20% de bolsas**
334 **integrais para os cursos de especialização e aperfeiçoamento pagos (demanda**
335 **GT da resolução 131)** Profa. Raiane explicou que o GT responsável pela revisão da
336 Resolução 131 do CONSU considerou necessário rever a questão da distribuição de
337 bolsas integrais para os cursos Lato Sensu pagos e a necessidade de tornar melhor
338 divulgado para a comunidade a possibilidade de concorrer a esta bolsa. Prof. Sergio
339 Stoco prosseguiu a apresentação da pauta destacando que a regulação das bolsas vem
340 de uma longa discussão iniciadas por volta de 2007, com a definição dos cursos





341 autossustentáveis e que embora os cursos fossem pagos, haviam neles as vagas
342 gratuitas. Desde esta época é usado o parâmetro de disponibilizar 20% de bolsas
343 gratuitas, porém a partir da discussão da Resolução 131 do CONSU percebeu-se um
344 problema na divulgação e na forma de distribuição das bolsas considerando que estas
345 bolsas visam a atender a um determinado segmento da sociedade, ou seja, o grupo
346 verificou a necessidade de melhoria neste item. A Resolução 131 mantém o patamar
347 dos 20% de bolsas porém prevê que a PROEC irá expedir uma regra ou mesmo
348 orientação para a distribuição dessas bolsas e em seguida apontou as seguintes
349 questões: I) se é necessário manter o patamar dos 20% de bolsas integrais?, II) a
350 questão do critério que irá ser considerado para o candidato obter a bolsa(condição
351 econômica, interesse social), III) a definição de bolsa, IV) a necessidade do
352 arredondamento quando os 20% for um número fracionário, V) a situação dos cursos
353 que recebem apoio financeiro direto para serem ofertados, por meio de parcerias e
354 convênios, que não possui custos para o aluno, em que a distribuição de bolsas não se
355 aplica pois já tem financiamento público, VI) como e em que momento devemos
356 divulgar as bolsas e isto pode ser por edital divulgando que a universidade têm estas
357 vagas. Prof. Sérgio Cravo alertou que existem especificidades, por exemplo, na
358 especialização para médicos dificilmente iremos encontrar um médico que se
359 enquadre com necessidade financeira, então este pré-requisito fica um pouco
360 inapropriado, então temos que pensar sobre outras possibilidades. Profa. Edvane
361 sugeriu que seja feita a avaliação de outros critérios, por exemplo, o deslocamento do
362 candidato caso ele resida fora da cidade, sendo assim, caso sejam esgotadas as
363 possibilidades que a Câmara de Extensão e Cultura possa fazer a avaliação. Prof.
364 Ivaldo salientou que está regra fixa que tem que distribuir as bolsas e mesmo que não
365 tenha candidato com dificuldade socioeconômica o coordenador terá que distribuir os
366 20% de bolsas gratuitas. Profa. Luciana indagou sobre como fica os cursos de extensão
367 e eventos pagos, se está previsto gratuidade nesta modalidade. Prof. Sérgio Stoco
368 disse que isto também foi discutido, mas a Resolução 131 do CONSU trata dos cursos
369 de especialização e aperfeiçoamento pagos. Prof. Júlio disse que existe a necessidade
370 de discutir isto junto às CAECs dentro das diferentes realidades e concordou que haja
371 o edital divulgando que existem estas vagas. Prof. Isaias questionou se tem a
372 possibilidade de manter a obrigatoriedade de oferecer as vagas gratuitas, mas não
373 precisar implementar caso não tenha candidatos que preencham os critérios. Prof.
374 Magnus esclareceu que atualmente existe esta obrigatoriedade e também a





375 necessidade de divulgar melhor estas vagas para as diversas regiões do Brasil para
376 que dê oportunidade a todos os públicos, por exemplo, ao profissional de saúde que
377 atende a população ribeirinha lá no Amazonas. Prof. Sérgio Cravo lembrou também
378 sobre a necessidade de garantir a gratuidade na inscrição dos candidatos para
379 concorrer às vagas gratuitas. Realizado o debate com o conselho a Pró-Reitora
380 solicitou que as CAECs discutam sobre a questão da distribuição das bolsas em seus
381 campi, com os coordenadores de cursos Lato Sensu pagos, pois deseja que este tema
382 retorne na reunião do COEC de novembro/2017 para aprovação de uma proposta
383 considerando que é notória a necessidade de ter a gratuidade e garantir o amplo
384 acesso mas ainda não está claro o modo de realizar a distribuição das bolsas. Não
385 tendo mais tempo hábil a Pró-Reitora agradeceu a presença dos conselheiros e
386 encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, para constar, eu, Raquel Vieira Ramos
387 Rodrigues, secretária, lavrei a presente ata que, após aprovada, será assinada por mim
388 e pela Sr^a Presidente.

389

390

391

392

Raiane Patricia Severino Assumpcao
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Presidente do Conselho de Extensão e Cultura

393

394

395

396

397

398

399

Raquel Vieira Ramos Rodrigues
Secretária do Conselho de Extensão e Cultura

400

401

402

403

404

405

406

407

408

